

**PATRIMÓNIOS**  
<sup>de</sup> **INFLUÊNCIA PORTUGUESA:**  
**modos de olhar**

WALTER ROSSA  
MARGARIDA CALAFATE RIBEIRO  
[ORG.]





## TÍTULO DO LIVRO

Patrimónios de Influência Portuguesa: modos de olhar

## EDIÇÃO

Imprensa da Universidade de Coimbra

Email: [imprensa@uc.pt](mailto:imprensa@uc.pt)

URL: [http://www.uc.pt/imprensa\\_uc](http://www.uc.pt/imprensa_uc)

Vendas online: <http://livrariadaimprensa.uc.pt>

Fundação Calouste Gulbenkian

URL: <http://www.gulbenkian.pt>

Vendas online: <http://www.montra.gulbenkian.pt>

Editora da Universidade Federal Fluminense

## ORGANIZAÇÃO

Walter Rossa

Margarida Calafate Ribeiro

## AUTORES

Ana Maria Mauad, António Sousa Ribeiro, Eduardo Lourenço, Francisco Bethencourt, Francisco Noa, Graça dos Santos, Helder Macedo, José Pessôa, Luísa Trindade, Luís Filipe Oliveira, Margarida Calafate Ribeiro, Maria Fernanda Bicalho, Miguel Bandeira Jerónimo, Mirian Tavares, Renata Araujo, Roberto Vecchi, Sandra Xavier, Sílvio Renato Jorge, Vera Marques Alves e Walter Rossa

## PRODUÇÃO

Nuno Lopes

## REVISÃO

Maria da Graça Pericão

## DESENHO GRÁFICO

António Barros

## CAPA

Helena Rebelo

## INFOGRAFIA

Alda Teixeira

## EXECUÇÃO GRÁFICA

Norprint – a casa do livro

## ISBN

978-989-26-1040-5

## ISBN DIGITAL

978-989-26-1041-2

## DOI

<http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-1041-2>

## DEPÓSITO LEGAL

397619/15

**PATRIMÓNIOS**  
<sup>de</sup>  
**INFLUÊNCIA PORTUGUESA:**  
**modos de olhar**

WALTER ROSSA  
MARGARIDA CALAFATE RIBEIRO  
[ORG.]

(Página deixada propositadamente em branco)

## ÍNDICE

MODOS DE OLHAR . . . . .	9
<i>Walter Rossa e Margarida Calafate Ribeiro</i>	
1.ª PARTE: CONCEITOS	
1. Língua, comunidade e conhecimento . . . . .	39
<i>Helder Macedo</i>	
2. Influência, origem, matriz . . . . .	47
<i>Renata Araujo</i>	
3. Identidade, herança, pertença . . . . .	65
<i>Roberto Vecchi</i>	
4. Memória . . . . .	81
<i>António Sousa Ribeiro</i>	
5. Colonialismo moderno e missão civilizadora . . . . .	95
<i>Miguel Bandeira Jerónimo</i>	
6. Colonização e pós-colonialismo: as teias do património . . . . .	121
<i>Francisco Bethencourt</i>	
ENTREVISTA COM <i>EDUARDO LOURENÇO</i> . . . . .	149
2.ª PARTE: DISCURSOS E PERCURSOS	
1. Patrimónios da palavra: reescritas nas literaturas de língua portuguesa . . . . .	173
<i>Margarida Calafate Ribeiro</i>	

2. Literatura, narrativas, discursos: o poder do discurso e a arte da narração . . . . .	225
<i>Francisco Noa</i>	
3. Leitura, citação, tradução . . . . .	241
<i>Sílvio Renato Jorge</i>	
4. Corpo, voz e língua como patrimónios de emigração . . . . .	257
<i>Graça dos Santos</i>	
5. Territórios e redes na historiografia . . . . .	283
<i>Maria Fernanda Bicalbo</i>	
6. Dos documentos à história e aos arquivos . . . . .	305
<i>Luís Filipe Oliveira</i>	
7. Práticas e materialidades, etnografias e antropologia . . . . .	329
<i>Sandra Xavier e Vera Marques Alves</i>	
8. Cinema: tempos e movimentos . . . . .	351
<i>Mirian Tavares</i>	
9. Fotografia pública e poder. . . . .	377
<i>Ana Maria Mauad</i>	
10. Desenho: discurso e instrumento . . . . .	401
<i>Luísa Trindade</i>	
11. A arquitetura como documento . . . . .	453
<i>José Pessoa</i>	
12. Urbanismo ou o discurso da cidade . . . . .	477
<i>Walter Rossa</i>	

## **AGRADECIMENTOS**

Agradecemos a:

Fundação Calouste Gulbenkian.

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

Instituto de Investigação Interdisciplinar da Universidade de Coimbra.

Débora Santos.

Helena Salgado.

Maria da Graça Pericão.

Maria João Padez.

Nuno Lopes.

(Página deixada propositadamente em branco)

4

MEMÓRIA

Se há um consenso que tem vindo a instalar-se com cada vez maior clareza e mais ampla aceitação no âmbito dos estudos sobre o património, ele está na perceção de que, para citar a definição de um manual de referência, o património constitui “o uso seletivo do passado para fins contemporâneos”, “uma agregação de mitos, valores e legados determinada pelas necessidades da sociedade no presente e definida por estas” (McDowell, 2008: 37). É bom de ver, evidentemente, que estas necessidades no presente e aqueles fins contemporâneos podem ser definidos de modo muito diverso, numa escala que vai de um uso instrumental condicionado por interesses económicos ou ideológicos a modos contra-hegemónicos de afirmação comunitária ou reivindicação crítica. A conjugação entre memória, identidade e património revela-se, em qualquer dos casos, indissociável e constitui uma articulação decisiva para entender os usos culturais do património e os processos complexos de negociação e conflito que lhes estão associados nos nossos dias.

Estas considerações iniciais permitem balizar minimamente o breve percurso que me proponho fazer sobre algumas declinações atuais do conceito de memória. Já nos anos 80, a abrir os seus *Lieux de mémoire*, Pierre Nora afirmava que, se falamos tanto de memória, é porque sobrou tão pouco dela, apontando assim para a tensão entre a lógica devoradora das culturas do presente e a resistência a essa hegeliana “fúria do desaparecimento” (“Furie des

Verschwindens”) característica de um processo histórico concebido da perspectiva de um tempo linear. A verdade é que este paradoxo de uma simultânea crise da memória, por um lado, e hipertrofia da memória e dos estudos sobre a memória, por outro, aponta para a dimensão de essencial conflitualidade de um contexto social e cultural em que a memória se constitui, em aspetos determinantes, como crítica do presente e concomitante estratégia de produção do contemporâneo, no sentido captado pela definição já quase clássica de Giorgio Agamben:

Pertence verdadeiramente ao seu tempo, é verdadeiramente contemporâneo, aquele que não coincide perfeitamente com este nem está adequado às suas pretensões e é, portanto, nesse sentido, inactual; mas, exactamente por isso, exactamente através desse deslocamento e desse anacronismo, ele é capaz, mais do que os outros, de perceber e apreender o seu tempo.” (Agamben, 2009: 58-59)

É no fio da navalha de um contemporâneo assim definido que poderemos captar algumas dimensões fundamentais de um conceito que, nas últimas três décadas, se foi afirmando com cada vez maior centralidade. A dificuldade do conceito é evidente, como é evidente o facto de que só uma visão transdisciplinar – das neurociências aos estudos culturais e aos estudos literários – pode aspirar a captá-lo nos seus múltiplos aspetos. Cabe constatar que, em muitos casos, esta transdisciplinaridade permanece mais um desiderato do que uma realidade, mas é cada vez mais visível como o potencial migratório do conceito lhe tem vindo a assegurar um lugar crescentemente central. É indesmentível que o campo dos estudos da memória está, hoje em dia, firmemente estabelecido – a fundação, em 2008, da revista *Memory Studies* é prova cabal da solidez do processo de legitimação académica e de canonização institucional.

Em retrospectiva, não será simples acaso que os estudos da memória tenham começado a afirmar-se depois da Primeira Grande Guerra, nos anos 20, a partir do contributo basilar de Maurice Halbwachs, com as obras *Les cadres sociaux de la mémoire*, de 1925, e os estudos reunidos postumamente em *La mémoire collective*.<sup>1</sup> Na verdade, seja pelo emergir da forma do testemunho, consagrada, em 1929, com a publicação da obra *Témoins*, compilada por Jean Norton Cru a partir de testemunhos de antigos combatentes, seja pela importância conquistada pela noção de trauma e do que viria a chamar-se stress pós-traumático, a partir da necessidade de confrontação da medicina militar com o impacto psicológico da escala monstruosa da guerra moderna, o chamado “shell shock” ou “neurose de guerra”, seja, finalmente, pelas inúmeras formas de culto dos mortos e de memorialização pública, nos mais recônditos lugares, da lembrança da guerra, também neste aspeto o primeiro conflito mundial constitui um momento decisivo de charneira.

Não vou aqui recapitular as teses de Halbwachs, bem conhecidas pelo menos nas suas linhas gerais. Destacarei apenas o que podem considerar-se três aquisições que lançam pontes ainda hoje decisivas para vertentes essenciais dos estudos da memória:

1. De acordo com Halbwachs, em rigor, não existe nem pode existir uma memória puramente individual, já que essa memória se constrói sempre em contextos socioculturais precisos – os indivíduos são incapazes de recordar de forma consistente fora de contextos grupais. O estudo da memória pressupõe, assim, a investigação dos quadros sociais da memória.
2. A atenção dada por Halbwachs às memórias familiares abre caminho para a teoria e metodologia da história oral e, em

---

<sup>1</sup> Halbwachs morreu em março de 1945 no campo de concentração de Buchenwald – em *A escrita e a vida*, Jorge Semprún deixou-nos um relato comovente dos seus últimos momentos (Semprún, 1994: 27-28).

certos aspetos, mesmo para o conceito de pós-memória, a que irei referir-me mais adiante.

3. Sobretudo com os seus estudos sobre a memória de comunidades religiosas, Halbwachs põe em relevo a importância de aspetos topográficos da memória cultural, abrindo assim caminho, com essa acentuação da dimensão espacial, para o conceito de lugar de memória.

O conceito de memória colectiva, tal como teorizado por Halbwachs, é controverso. Já Marc Bloch chamava a atenção numa recensão da época para o facto, entre outros aspetos, de esse conceito poder representar a simples transposição para o plano social de um conceito individual, postulando-se uma noção de sujeito coletivo, em última análise, de extração romântica (Bloch, 1998). Independentemente da posição de Halbwachs, é verdade que a noção do coletivo parece remeter para uma ideia de partilha igual, obliterando dimensões de conflito e a presença de relações de poder e, por conseguinte, correndo o risco de remeter para um conceito essencializado de comunidade no âmbito do qual a própria noção de memória como construção e como negociação de sentidos passa inevitavelmente para segundo plano. Em estudos desenvolvidos no Centro de Estudos Sociais, nomeadamente no âmbito de um projeto de investigação sobre a transmissão intergeracional do trauma que intitulámos “Os filhos da guerra”, preferimos, assim, opor ao conceito de memória individual ou privada o conceito de memória pública, a que voltarei ainda.<sup>2</sup>

Aleida Assman, uma das protagonistas mais destacadas dos estudos de memória contemporâneos, tem vindo a propor uma

---

<sup>2</sup> Sobre o conceito de Halbwachs, cf., nomeadamente, Olick, 2008. Para alguns resultados do projeto em referência, cf. Ribeiro e Ribeiro, 2011; 2013; Ribeiro, Vecchi e Ribeiro, 2012.

distinção operativa que me parece ter especial relevância para os estudos do património – a distinção entre o cânone e o arquivo. De acordo com Assman (2008), o cânone é a memória em circulação ativa, constituindo um modo de articulação do passado no presente; o arquivo é a memória simplesmente “armazenada”, em estado de latência, que mantém o passado como passado. Os dois conceitos são, naturalmente, dinâmicos, isto é, a todo o momento, em contextos sociais e políticos específicos, o que estava no cânone pode ser remetido para o arquivo, e vice-versa, por ação de grupos ou forças sociais que, num determinado momento, tenham a capacidade de protagonizar esse processo.

No texto que tenho vindo a citar, Assman relaciona esta distinção entre o cânone e o arquivo com duas categorias trabalhadas por Jakob Burckhardt: a mensagem e o traço (*ibid.*: 98-99). Burckhardt, um dos pais da historiografia de língua alemã, desconfiava do valor histórico daquilo a que chama mensagens, isto é, aquilo que foi produzido para ser legado à posteridade perpetuando, nomeadamente, uma memória oficial e que, portanto, transporta o signo do poder e da manipulação institucional. O conceito de traço, por contraste, aproxima-se tendencialmente do testemunho num sentido amplo, abrangendo o não-intencional, aquilo que, não transmitindo uma visão estruturada, pode servir de base a uma história alternativa que não se deixe engodar pelas lógicas dominantes.

Note-se como esta noção de traço, apontando para o que sobreviveu do passado, mas de modo não estruturado e, muitas vezes, pouco visível ou mesmo invisível para o olhar comum, faz lembrar o programa de Walter Benjamin de “escovar a história a contrapelo”, isto é, valorizar o reverso das narrativas dominantes e pesquisar os interstícios ocultos nas dobras dessas narrativas. Este é um programa, é bom lembrá-lo, formulado da perspectiva da contemporaneidade, a que Benjamin chama “Jetztzeit”, literalmente, o tempo-do-agora, que faz explodir o continuum indiferente do tempo da modernidade

e permite a reconquista de uma posição de sujeito e uma possibilidade de sentido. É verdade que acordar os mortos e recompor o que foi destroçado, a ambição impossível do Anjo da História de Benjamin, não está ao alcance do trabalho da memória. Este, na verdade, faz-se pelos vivos e para os vivos, isto é, por nós e para nós, mas, justamente, é a capacidade de lembrar, não apenas na esfera privada, mas na esfera pública, que permite que nos situemos no âmbito daquela semântica densa do tempo histórico a que, como vimos há pouco através da citação de Agamben, podemos chamar o contemporâneo.

Estas parcas reflexões visam lembrar que o atual *boom* dos estudos da memória se deve em parte considerável à consciência da história catastrófica do século XX. Sejam os estudos sobre o Holocausto ou, mais em geral, os estudos sobre a violência, sejam os estudos pós-coloniais, do que se trata é de recuperar a memória do sofrimento concreto de seres humanos concretos, de escutar a voz daquele subalterno que, mesmo quando pôde falar, o fez quase sempre num espaço de enunciação que o condenava ao silêncio. Lembra Primo Levi, a abrir o prefácio a *Os que sucumbem e os que se salvam*, que muitos relatos autobiográficos de sobreviventes do Holocausto fazem referência ao modo como os guardas SS dos campos se compraziam em torturar os prisioneiros dizendo-lhe que não apenas estavam fisicamente condenados, mas também a máquina concentracionária se encarregaria de assegurar que nada ficasse da sua memória – mesmo que, por um qualquer acaso, alguma coisa sobrasse, ninguém se disporia a acreditar em história tão inverossímil (Levi, 1989: 1).

É, em boa parte, a tarefa de desmentir os assassinos que alimenta hoje em dia a vertente crítica dos estudos da memória. Dito de outra forma: trata-se de refletir sobre um património do silêncio e do sofrimento, um património que não é apenas imaterial, nos termos da equívoca distinção convencionalmente estabelecida, mas se

materializa igualmente de múltiplas formas, desde a musealização e memorialização até às práticas estéticas ou a diferentes modos de discurso público. Sublinhe-se que a construção desse património do silêncio passa, em aspetos essenciais, também pela investigação histórica – na verdade, a distinção entre história e memória, sendo necessária, não tem que traduzir de modo nenhum uma dicotomia estanque. Veja-se, por exemplo, a questão do nome. Há alguns anos, um grupo de investigação austríaco, o Dokumentationsarchiv des österreichischen Widerstands (Arquivo Documental da Resistência Austríaca), conseguiu completar o projeto, moroso e difícil, de identificação nominal caso a caso de todos os judeus de Viena deportados pelos nazis. Perguntar-se-á o que é que isto acrescenta ao nosso conhecimento da história do Holocausto, seguramente um dos temas da história do século XX mais exaustivamente investigados. A resposta talvez seja que não acrescenta nada ou acrescenta muito pouco. Mas, a meu ver, a restituição do nome e, concomitantemente, da identidade e da condição de sujeito às vítimas da violência genocida acrescenta muito do ponto de vista daquilo a que chamaria uma ética da memória – não em nome dos mortos, que ninguém poderá já restituir à vida, mas, justamente, em nome dos vivos, enquanto património de memória essencial para a produção de uma consciência crítica do contemporâneo.

É bom de ver que estamos a falar de um património da memória que está longe de ser consensual, de constituir uma memória coletiva no sentido de Halbwachs, mas é atravessado por tensões e conflitos inerradicáveis. O levantamento de uma vala comum da Guerra Civil de Espanha representa um momento de um trabalho de memória inevitavelmente marcado por relações de antagonismo, na medida em que quebra décadas se não de esquecimento, de silêncio (Silva, 2005; Ferrándiz, 2008; Vincent, 2010; Colmeiro, 2011). Ou pense-se na memória da Guerra Colonial entre nós e na dificuldade extrema de fazer confluir as miríades de memórias

privadas naquilo a que poderíamos chamar uma memória pública – em boa parte, justamente pelas múltiplas tensões que ainda hoje atravessam essa memória.

Tendo tudo isto em mente, e tendo em mente o carácter, por definição, essencialmente polémico dos conceitos basilares dos estudos culturais em geral, podemos perguntar quais são as declinações do conceito de memória que nos podem ser mais úteis, em particular quando queremos pensar esse conceito em articulação com o de património. Enumerarei, sem preocupação de exaustividade e de modo inevitavelmente sucinto, algumas dessas declinações, que sinalizam outras tantas dimensões polémicas do conceito.

A primeira questão diz respeito, precisamente, à relação entre o privado e o público. Quando, e como, é que o privado se torna socialmente relevante e leva a uma rearticulação da memória pública, se torna património público? Esta era uma das perguntas condutoras do projeto *Os Filhos da Guerra: Pós-Memória e Representações*, a que já fiz alusão e que, entre outros aspetos, partia da constatação de que um excesso de memória privada da Guerra Colonial no Portugal dos nossos dias corresponde a um défice da memória pública. As respostas possíveis terão de envolver uma investigação em múltiplos planos, capaz de pôr em correlação dimensões como a da política do Estado, nomeadamente a política educativa, o papel dos *media*,<sup>3</sup> mas também a relevância do campo das artes, do cinema, das artes plásticas e da literatura, no estabelecimento de modos de representação que criam espaços de articulação da memória suscetíveis de serem partilhados na esfera pública.

Uma outra questão cada vez mais premente diz respeito aos processos do que poderíamos chamar a transnacionalização da memória.

---

<sup>3</sup> Seria necessário avaliar, por exemplo, o impacto público de um trabalho documental com a excelência da série *A Guerra*, de Joaquim Furtado, apresentada pela RTP de 2007 a 2013.

Transnacionalização não apenas no sentido, por exemplo, em que um país historicamente colonizador partilha memórias e patrimônios – nomeadamente, desde logo, o da língua – com países que são suas ex-colônias, mas também noutros sentidos, em que os limites nacionais se revelam demasiado estreitos. Refiro-me a situações, por exemplo, em que um acontecimento local vem a obter repercussão global. Hoje em dia, é legítimo afirmar que a memória do Holocausto é uma memória global, no sentido em que, enquanto desmentido irrevogável de qualquer crença ingénuo na ordem das coisas na modernidade, Auschwitz constitui um paradigma de violência absoluta que serve de metanarrativa para a compreensão de outros fenómenos de violência sistemática e em larga escala (Assman, 2010).

Mas a questão da transnacionalização da memória tem também outras vertentes, relacionadas com os fenómenos de mobilidade que marcam as sociedades contemporâneas. As memórias sempre viajam e isso hoje em dia é mais verdade do que nunca. Mas o que é que acontece às memórias quando viajam? Os processos de deslocalização e de translocalização que constituem as memórias diaspóricas acarretam consigo, inevitavelmente, a desestabilização dos quadros de referência e geram modos de turbulência que fazem com que os quadros sociais da memória se transformem e ganhem dimensões de ambivalência crescentemente sujeitas a lógicas interculturais.

Neste quadro, ganha relevância um conceito relativamente recente e que, originalmente desenvolvido no âmbito dos estudos sobre o Holocausto, pode bem aplicar-se igualmente a situações como as vividas, por exemplo, na relação de uma segunda geração emigrante com um país de origem que, muitas vezes, não é sequer diretamente conhecido. Marianne Hirsch, que propôs o conceito de pós-memória no seu livro *Family Frames*, publicado em 1997, define pós-memória como “a relação da segunda geração com experiências poderosas, frequentemente traumáticas, que são anteriores ao seu nascimento mas, não obstante lhes foram transmitidas de modo tão profundo

que constituem memórias dignas desse nome” (Hirsch, 2008: 103). Estamos, há que reconhecê-lo, perante um conceito subteorizado e que necessita de ser trabalhado e testado sobretudo em contextos empíricos. Entre os vários problemas que lhe estão associados há um particularmente difícil, a meu ver, o facto de pós-memória se referir em primeira linha à esfera privada ou, em rigor à esfera familiar. Na verdade, é nesta esfera que, por excelência, acontece a “transmissão profunda” de acontecimentos muitas vezes traumáticos a que se refere Hirsch. É possível projetar esta experiência privada para uma dimensão pública? Ou, dito de outro modo, existe ou pode existir uma pós-memória pública? Esta é uma pergunta que está verdadeiramente por responder, muito embora, nomeadamente no plano das artes, muita coisa aponte para essa possibilidade.

No âmbito do projeto *Os Filhos da Guerra*, a que tenho vindo a fazer referência, e que tinha por objeto investigar a possibilidade da transmissão intergeracional do trauma, obtiveram-se resultados, ainda só muito parcialmente publicados, que confirmam claramente a hipótese de uma vulnerabilidade ao trauma muito superior por parte dos filhos da guerra, isto é, de uma segunda geração nascida de pais ex-combatentes vítimas de stress pós-traumático. Essa vulnerabilidade acrescida situa-se com idêntica clareza no quadro de uma pós-memória da guerra, alimentada por uma vivência familiar difícil, mas também pelo contacto mais ou menos secreto com traços e rastos da história paterna, por exemplo, de modo particularmente importante, através de fotografias, mas também de cartas, diários ou outras formas de um testemunho tornado silencioso, mas que o gesto de memória do membro da segunda geração arranca ao silêncio. Pode a pós-memória assim construída tornar-se pública? Estamos, nitidamente, no âmbito daquilo a que poderíamos chamar a política das emoções, perante a questão de saber se é possível uma dialética do reconhecimento e da compaixão suscetível de atravessar tão profundamente a esfera pública que gere constelações

de memória tão intensamente vividas socialmente que justifiquem a designação de pós-memória.

Para compreender questões como as que esbocei, duas outras declinações do conceito de memória crescentemente utilizadas se afiguram especialmente importantes. Refiro-me, em primeiro lugar, ao conceito de memória próstética, isto é, uma memória que é construída a partir de próteses, da mediação de objetos de diferente tipo, com proeminência especial para as imagens fotográficas ou, noutro plano, cinematográficas (Lury, 1998; Landsberg, 2004). E refiro-me, em segundo lugar, ao conceito de memória multidirecional, que tem vindo a ser proposto com especial fundamentação por Michael Rothberg, no âmbito dos estudos sobre o Holocausto. De facto, entre as várias controvérsias que atravessam esses estudos, pode encontrar-se aquilo a que Jean-Michel Chaumont, numa obra de 1997, chamou *La concurrence des victimes*, a concorrência das vítimas, isto é reivindicações concorrentes que, muitas vezes, assumem a forma da acusação de que a insistência na memória do Holocausto obscurece a memória de muitas outras violências e deixa na sombra as vítimas dessas violências ou também a acusação, por exemplo, de que sublinhar o genocídio dos judeus remete para segundo plano ou mesmo silencia outras dimensões dos crimes nazis como o genocídio dos ciganos. Uma outra forma de concorrência, que o grupo de investigação do projeto *Os Filhos da Guerra* experimentou diversas vezes em primeira mão, em ocasiões marcadas por uma elevada exacerbação emocional e mesmo algum nível de conflitualidade, traduz-se na recusa do direito à memória da segunda geração: deste ponto de vista, só as vítimas verdadeiras, os detentores exclusivos de uma memória “autêntica”, no caso vertente, os ex-combatentes da Guerra Colonial, “sabem como foi” e, portanto, têm direito à memória e ao testemunho.

A tese de Rothberg, demonstrada pelo autor a partir de múltiplos exemplos, é muito simples: a existência de memórias concorrentes

não se traduz nem tem necessariamente que traduzir-se em menos, mas sim em mais memória. Por outras palavras, a memória não é unidirecional, mas sim multidirecional, isto é, tem a capacidade de constituir-se em múltiplas vertentes, que não se anulam mutuamente, antes se potenciam na interrelação que estabelecem entre si (Rothberg, 2009).

Guardei para o fim deste rápido elenco uma questão particularmente difícil. Se é verdade que uma percepção fundamental das teorias do património está em que o desaparecimento do passado equivale ao roubo do futuro, como pensar a questão da memória num universo dominado pela lógica presentista da cultura de massas? Na verdade, esta, mesmo quando a roupagem é a da reconstituição histórica, como em séries televisivas de sucesso ou em feiras medievais ou parques temáticos, vive numa espécie de presente intemporal de que está ausente a profundidade da memória. Sem que possa aqui desenvolver este aspeto, sirvo-me dele para chegar à minha conclusão: sublinhar o papel da memória no horizonte do nosso presente significar lutar pela recomposição da esfera pública num sentido que permita o emergir de referências agregadoras suscetíveis de projetar esse presente na dimensão plena do contemporâneo, isto é, lembrando a definição de Agamben, que permita a produção daquela inatualidade que nos permite perceber e apreender o nosso tempo e sermos verdadeiramente do nosso tempo.

## Referências bibliográficas

- AGAMBEN, Giorgio (2009), *O que é o contemporâneo e outros ensaios*. Chapecó: Argos.
- ASSMAN, Aleida (2008), “Canon and Archive”, in Astrid Erll; Ansgar Nünning (orgs.), *Cultural Memory Studies. An International and Interdisciplinary Handbook*. Berlin: de Gruyter, 97-107.

- ASSMANN, Aleida (2010), "The Holocaust – A Global Memory? Extensions and Limits of a New Memory Community", in Aleida Assmann; Sebastian Conrad (orgs.), *Memory in a Global Age: Discourses, Practices and Trajectories*. Palgrave MacMillan: Basingstoke, 97-117.
- BLOCH, Marc (1998), "Memória colectiva, tradição e costume: a propósito de um livro recente", in M. Bloch, *História e Historiadores. Textos reunidos por Étienne Bloch*. Lisboa: Teorema.
- CHAUMONT, Jean-Michel (1997), *La concurrence des victimes: génocide, identité, reconnaissance*. Paris: La Découverte.
- COLMEIRO, José (2011), "A Nation of Ghosts?: Haunting, Historical Memory and Forgetting in Post-Franco Spain", *452°F. Electronic Journal of theory of literature and comparative literature*, 4, 17-34.
- CRU, Jean Norton (1993), *Témoins*. Nancy: Presses Universitaires de Nancy.
- FERRÁNDIZ, Francisco (2008), "Cries and Whispers: Exhuming and Narrating Defeat in Spain Today", *Journal of Spanish Cultural Studies*, 9(2), 177-92.
- HALBWACHS, Maurice (1925), *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Lib. Félix Alcan.
- HIRSCH, Marianne (2008), "The Generation of Postmemory", *Poetics Today*, 29(1), 103-28.
- LANDSBERG, Alison (2004), *Prosthetic Memory: The Transformation of American Remembrance in the Age of Mass Culture*. New York: Columbia University Press.
- LEVI, Primo (1989), *The Drowned and the Saved*. Trad. R. Rosenthal. London: Abacus.
- LURY, Celia (1998), *Prosthetic Culture. Photography, Memory and Identity*. London/New York: Routledge.
- MCDOWELL, Sara (2008), "Heritage, Memory and Identity", in B. J. Graham; Peter Howard (orgs.), *The Ashgate Research Companion to Heritage and Identity*. Burlington: Ashgate, 37-53.
- NORA, Pierre (1993), *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard.
- OLICK, Jeffrey K. (2008), "From Collective Memory to the Sociology of Mnemonic Practices and Products", in Astrid Erll; Ansgar Nünning

- (orgs.), *Cultural Memory Studies. An International and Interdisciplinary Handbook*. Berlin: de Gruyter, 151-61.
- RIBEIRO, António Sousa; RIBEIRO, Margarida Calafate (2011), “Zeit, die stillsteht: Postgedächtnis und Trauma unter Kindern von Kriegsteilnehmern”, in Dietmar Goltschnigg (org.), *Phänomen Zeit. Dimensionen und Strukturen in Kultur und Wissenschaft*. Tübingen: Stauffenburg, 313-18.
- RIBEIRO, Margarida Calafate; VECCHI, Roberto; RIBEIRO, António Sousa (2012), “The Children of the Colonial War: Post-Memory and Representations”, in Isabel Capelo Gil; Adriana Martins (orgs.), *Plots of War. Modern Narratives of Conflict*. Berlin: De Gruyter, 2012, 11-23.
- RIBEIRO, Margarida Calafate; RIBEIRO, António Sousa (2013), “Os netos que Salazar não teve: Guerra Colonial e memória de segunda geração”, *Abril – Revista do Núcleo de Estudos de Literatura Portuguesa e Africana da UFF*, 5(11), 25-36.
- ROTHBERG, Michael (2009), *Multidirectional Memory: Remembering the Holocaust in the Age of Decolonization*. Stanford: Stanford University Press.
- SILVA, Emilio (2005), *Las fosas de Franco. Crónica de un desagravio*. Madrid: Ediciones Temas de Hoy.
- VINCENT, Mary (2010), “Breaking the Silence? Memory and Oblivion since the Spanish Civil War”, in Ben-Ze’ev, Efrat *et al.* (org.), *Shadows of War. A Social History of Silence in the Twentieth Century*. Cambridge: Cambridge University Press.